

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
Concurso Público para provimento de
vagas e formação de cadastro de reserva no
cargo de Defensor Público de Segunda Categoria

PROVA ORAL

PONTO I

DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 1

Identifique as três fases básicas do processo legislativo ordinário ou comum, explicitando as diversas etapas em que se desdobram e o significado de cada uma dessas etapas.

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
Concurso Público para provimento de
vagas e formação de cadastro de reserva no
cargo de Defensor Público de Segunda Categoria

PROVA ORAL

PONTO I

DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 2

Discorra sobre o processo de criação das comissões parlamentares de inquérito, indicando os requisitos constitucionais para a sua proposição.

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
Concurso Público para provimento de
vagas e formação de cadastro de reserva no
cargo de Defensor Público de Segunda Categoria

PROVA ORAL

PONTO I

DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 3

À luz do disposto na Constituição Federal, discorra sobre a natureza e a autonomia do Distrito Federal, no contexto da Federação brasileira, sobretudo ao se comparar este último com os estados-membros.

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
Concurso Público para provimento de
vagas e formação de cadastro de reserva no
cargo de Defensor Público de Segunda Categoria

PROVA ORAL

PONTO I

DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 4

Considerando os princípios de interpretação constitucional, discorra sobre o princípio da máxima efetividade e o princípio da unidade da Constituição.

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
Concurso Público para provimento de
vagas e formação de cadastro de reserva no
cargo de Defensor Público de Segunda Categoria

PROVA ORAL

PONTO I

DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 5

Distinga estado de defesa de estado de sítio, descrevendo as hipóteses que justificam a decretação de um e de outro e as medidas restritivas aos direitos e garantias fundamentais que a Constituição Federal autoriza durante a vigência de ambos.

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
Concurso Público para provimento de
vagas e formação de cadastro de reserva no
cargo de Defensor Público de Segunda Categoria

PROVA ORAL

PONTO I

DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 6

Conceitue direitos políticos negativos, indique as espécies em que eles se dividem e discorra sobre suas características básicas.

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
Concurso Público para provimento de
vagas e formação de cadastro de reserva no
cargo de Defensor Público de Segunda Categoria

PROVA ORAL

PONTO I

DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 1

Discorra sobre os requisitos necessários para a exigência de teste psicotécnico como condição de ingresso no serviço público, esclarecendo se a esse teste pode ser conferida natureza eliminatória.

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
Concurso Público para provimento de
vagas e formação de cadastro de reserva no
cargo de Defensor Público de Segunda Categoria

PROVA ORAL

PONTO I

DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 2

Suponha que um médico do serviço público federal assuma outro cargo público privativo da área de saúde e que a soma da carga horária de trabalho referente aos dois cargos públicos seja de setenta horas semanais. Em face dessa situação hipotética, esclareça, com base na jurisprudência do STJ, se é lícita a acumulação de cargos mencionada e cite os requisitos previstos no ordenamento jurídico brasileiro para a acumulação de cargos públicos na área de saúde.

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
Concurso Público para provimento de
vagas e formação de cadastro de reserva no
cargo de Defensor Público de Segunda Categoria

PROVA ORAL

PONTO I

DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 3

Discorra sobre a possibilidade de a administração fazer uso de informações de mensagem de correio eletrônico institucional e privado de servidor público para a apuração, em processo administrativo disciplinar, de indícios de irregularidades administrativas cometidas pelo referido servidor.

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
Concurso Público para provimento de
vagas e formação de cadastro de reserva no
cargo de Defensor Público de Segunda Categoria

PROVA ORAL

PONTO I

DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 4

Discorra sobre o prazo para a impetração de mandado de segurança em face da omissão de autoridade administrativa e manifeste-se, de acordo com a jurisprudência pacificada no STF, sobre a possibilidade de concessão de segurança quando a matéria jurídica abordada for controversa.

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
Concurso Público para provimento de
vagas e formação de cadastro de reserva no
cargo de Defensor Público de Segunda Categoria

PROVA ORAL

PONTO I

DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 5

Discorra sobre a anulação e a convalidação do ato administrativo, apontando os vícios passíveis de convalidação.

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
Concurso Público para provimento de
vagas e formação de cadastro de reserva no
cargo de Defensor Público de Segunda Categoria

PROVA ORAL

PONTO I

DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 6

A Defensoria Pública do Distrito Federal, na defesa jurídica de um necessitado, ajuizou ação em face do Distrito Federal, objetivando remarcação de prova de aptidão física de determinado concurso público para data diversa da estabelecida no edital do certame. Alegou-se que o candidato teria tal direito em razão de doença temporária devidamente comprovada por atestado médico.

Diante dessa situação hipotética, à luz do ordenamento jurídico brasileiro e da atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), discorra, de modo fundamentado, sobre os seguintes aspectos:

- a) possibilidade de remarcação da prova.
- b) princípios aplicáveis ao caso.

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
Concurso Público para provimento de
vagas e formação de cadastro de reserva no
cargo de Defensor Público de Segunda Categoria

PROVA ORAL

PONTO I

DISCIPLINA: DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

QUESTÃO 1

A defensoria pública ajuizou ação civil pública com a finalidade de defender o direito de consumidores lesados por relações contratuais firmadas com determinada instituição financeira. A ré, então, invocou a ilegitimidade do órgão para promover, em nome próprio, a defesa dos consumidores, sustentando que a defensoria pública teria legitimidade apenas para a defesa individual do consumidor, já que a promoção da defesa coletiva ou difusa dos consumidores seria atribuição institucional exclusiva do Ministério Público.

Com base nessa situação hipotética e na legislação e na jurisprudência sobre o tema, indique a natureza dos direitos defendidos na referida ação civil pública e esclareça se a defensoria pública tem legitimidade para ajuizar ação civil pública em defesa dos referidos consumidores.

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
Concurso Público para provimento de
vagas e formação de cadastro de reserva no
cargo de Defensor Público de Segunda Categoria

PROVA ORAL

PONTO I

DISCIPLINA: DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

QUESTÃO 2

Determinado sindicato ajuizou ação coletiva para a tutela de direitos individuais homogêneos dos integrantes da categoria, julgada procedente mediante decisão transitada em julgado. Na fase de execução da sentença, o ente público demandado invocou a ilegitimidade do sindicato para a liquidação e a execução da decisão, argumentando que seria imprescindível a autorização expressa dos interessados.

Em face dessa situação hipotética, discorra, com fundamento na jurisprudência do STJ, sobre a procedência da invocação da ilegitimidade do sindicato para a liquidação e a execução da decisão e do argumento acerca da imprescindibilidade de autorização expressa dos interessados.

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
Concurso Público para provimento de
vagas e formação de cadastro de reserva no
cargo de Defensor Público de Segunda Categoria

PROVA ORAL

PONTO I

DISCIPLINA: DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

QUESTÃO 3

Foi ajuizada ação popular contra ato administrativo que promoveu concorrência administrativa, para a concessão de serviço público, em condições que implicaram limitação às possibilidades normais de competição. Ao responder à ação, o ente público invocou o não cabimento da ação popular, alegando ausência de demonstração de efetivo prejuízo causado pelo ato aos cofres públicos.

Em face dessa situação hipotética, responda, com fundamento na lei que regula a ação popular e no entendimento do STF e do STJ sobre o tema, aos seguintes questionamentos.

- a) Para cabimento da ação popular, é indispensável a demonstração da lesividade econômica provocada pelo ato impugnado?
 - b) O ato praticado pela administração pública tem amparo na legislação de regência?
-

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
Concurso Público para provimento de
vagas e formação de cadastro de reserva no
cargo de Defensor Público de Segunda Categoria

PROVA ORAL

PONTO I

DISCIPLINA: DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

QUESTÃO 4

Determinado sindicato impetrou mandado de segurança coletivo em defesa de direitos de seus filiados. O ente estatal demandado, ao se manifestar nos autos, invocou a ilegitimidade ativa da entidade, comprovando a ausência de registro da entidade junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, por meio de decisão administrativa que indeferira o pedido de registro em razão da existência de outra organização sindical representativa da categoria na mesma base territorial, bem como decisão judicial que ratificara, em ação específica, o posicionamento da autoridade administrativa.

Em face dessa situação hipotética, responda, com fundamento na legislação de regência e na jurisprudência do STJ sobre o tema, se o registro junto ao Ministério do Trabalho e Emprego é requisito necessário para a configuração da legitimidade ativa do sindicato para a impetração de mandado de segurança coletivo.

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
Concurso Público para provimento de
vagas e formação de cadastro de reserva no
cargo de Defensor Público de Segunda Categoria

PROVA ORAL

PONTO I

DISCIPLINA: DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

QUESTÃO 5

Suponha que uma mulher seja vítima de lesões corporais graves praticadas por sua nora, com a qual se relaciona regularmente, embora com ela não resida nem mantenha relação de dependência econômica. A esse caso aplica-se a Lei Maria da Penha? Fundamente sua resposta na legislação de regência e em recentes posicionamentos do STJ sobre o tema.

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
Concurso Público para provimento de
vagas e formação de cadastro de reserva no
cargo de Defensor Público de Segunda Categoria

PROVA ORAL

PONTO I

DISCIPLINA: DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

QUESTÃO 6

A defensoria pública ajuizou ação contra a União, com a finalidade de obter medicamento considerado indispensável para o tratamento de saúde de determinada pessoa carente. No pedido, postulou a antecipação dos efeitos da tutela e o bloqueio de verbas públicas, caso o medicamento não fosse fornecido.

Em face dessa situação hipotética, responda, com fundamento no entendimento firmado no STJ sobre o tema, aos seguintes questionamentos.

- a) É possível a concessão de tutela antecipada e o bloqueio de verbas públicas contra a fazenda pública?
- b) A União é parte ilegítima para figurar no polo passivo dessa ação?